

- [18] 2004a “Observações sobre a «produção primitiva portuguesa» a propósito dos dois testemunhos do Testamento de Pedro Fafes de 1210”, *Verba. Anuario Galego de Filoloxía* 30 [2003]: 203-36.
[artigo]



Verba

Vol. 30 (2003)

SEPARATA

2004

Servicio de Publicacións e Intercambio Científico • UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Observações sobre a «produção primitiva portuguesa» a propósito dos dois testemunhos do Testamento de Pedro Fafes de 1210¹

António H. A. Emiliano
Universidade Nova de Lisboa

RESUMO

O *Testamento de Pedro Fafes* de 1210 é um documento notarial que sobreviveu, excepcionalmente, em duas versões: uma versão muito romanceada, com soluções gráficas claramente portuguesas, que parece ter sido uma versão preliminar do texto, e uma outra versão, ligeiramente mais extensa, com características latinas mais pronunciadas, com ausência geral de grafias inovadoras, e com carácter dispositivo mais acentuado. Este artigo propõe que o confronto das duas versões do Testamento de 1210 permite compreender, como provavelmente nenhum outro testemunho coevo conhecido permite, os processos de redacção que estavam na base da *conscriptio* de um acto notarial em inícios do século XIII em Portugal. De facto, a comparação detalhada dos dois testemunhos do Testamento de 1210 mostra que a redacção de um documento notarial latino-português na primeira metade do século XIII podia passar por um processo complexo em que num primeiro momento uma minuta muito romanceada era produzida; as grafias e formas gráficas romanceadas ou aportuguesadas, eram mais ou menos consistentemente alteradas (“latinizadas”) no momento da redacção da versão definitiva. O Testamento de 1210 é assim um testemunho precioso da tradição escritural proto-portuguesa que se desenvolveu ao

Data de Aceptación: maio de 2003.

1 Este artigo teve uma gestação longa. O pretexto inicial para uma primeira redacção foi a publicação do artigo de Ana Maria Martins de 1999, no qual se dá a conhecer um conjunto de documentos medievais inéditos muito romanceados, na sequência de um outro em que se tinha dado a conhecer uma importante notícia latino-portuguesa muito romanceada da segunda metade do século XII (Martins / Albino 1998). O conjunto de textos que assim se trazia a público pareceu-me imediatamente da maior importância para um melhor conhecimento

longo do século XII, a partir da tradição latino-portuguesa, e que antecedeu directamente o surgimento duma *scripta* portuguesa autónoma.

Palavras chave: produção primitiva portuguesa, português medieval, história da língua portuguesa.

ABSTRACT

The *Will of Pedro Fafes* from 1210 is a notarial document which exceptionally survived in two different versions: one is a highly vulgarized version, containing many Portuguese-like spellings, which was probably a preliminary version of the document; the other, slightly longer, is more Latin-like in appearance, and is of a more dispositive nature. In this article I argue that the comparison of the two versions of the Will of 1210 allows, as no other contemporary text does, the understanding of the writing processes underlying the *conscriptio* of a notarial document in the early 13th century in Portugal. In fact, an overview of the variants in the two witnesses shows that writing a Latin-Portuguese document could be a complex process in which a romanized draft or preliminary version would be written down first; then for the final polished version (the *mundum*), the vulgar spellings and forms would be more or less consistently replaced by more Latinate spellings and forms. The Will of 1210 is an invaluable witness of the proto-Portuguese tradition which emerged in the 12th century from the Latin-Portuguese tradition, and which preceded the development of a fully autonomous Portuguese *scripta*.

Keywords: early Portuguese texts, Medieval Portuguese, history of the Portuguese language.

de uma fase arcaica e mal conhecida da escrita em português. Mas, sobretudo, a descoberta de um testamento privado muito romaneado de 1210, conservado em dois testemunhos, afigurou-se-me como um facto da maior transcendência para a história da língua. Por me parecer que a forma de publicação de fontes habitual no seio da tradição filológica portuguesa, na qual A. M. Martins se posiciona, não é a mais adequada para um conhecimento rigoroso de todos os aspectos grafémicos dos textos medievais (por ser, apesar de tudo, razoavelmente interpretativa e intervencionista), empreendi a realização de nova edição dos dois testemunhos do testamento baseada em critérios editoriais muito conservadores e minimamente interpretativos. Pareceu-me também necessário proceder a uma colação dos dois testemunhos e à análise das variantes textuais, no sentido de extrair toda a informação possível relativa ao processo de redacção. Uma primeira versão deste trabalho foi então apresentada em comunicação (não publicada) a um colóquio internacional na Universidade de Lovaina em 2000. Por outro lado a importância (deslocada, a meu ver) que por parte de alguns sectores da comunidade científica viria entretanto a ser atribuída à *Notícia de Fiadores* de 1175, também publicada por Martins, tornou-se o pretexto para eu reflectir profundamente sobre a questão dos mais antigos textos escritos em português, reflexão que se traduziu na redacção de um outro artigo (ainda no prelo, e que abaixo refiro), artigo esse que viria a suscitar a elaboração de novo texto de Martins em resposta ao meu (*q.v. infra*). O convite que entretanto me foi feito para apresentar uma palestra em 2001 no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa constituiu o pretexto para ampliar e reformular o trabalho em curso sobre o Testamento de 1210, beneficiando já da reflexão formalizada na redacção do outro trabalho referido. Assim, o trabalho que agora aqui se apresenta resulta dum longo processo de reflexão sobre a questão da produção primitiva portuguesa (sobretudo no que toca a sua relação com a tradição notarial precedente de base tardo-latina), pontuado por diversas trocas de impressões (quer em privado quer em ocasiões públicas) com colegas como Ivo de Castro, Rita Marquilhas, Ana Maria Martins, Stephen Parkinson, Susana Pedro, José Antonio Souto e Roger Wright. Em termos de conteúdo este artigo resulta, portanto, da refundição (com significativas ampliações) de dois trabalhos apresentados publicamente: (1) comunicação apresentada em *The Dawn of the Written Vernacular in Western Europe International Colloquium*, Katholieke Universiteit Leuven, Faculteit Letteren, Instituut Voor Middeleeuwse Studies, em Maio de 2000; (2) palestra apresentada no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, no âmbito do ciclo "Conversas d'HorAl — Conversas de Hora de Almoço", em Maio de 2001.

A atribuição dos rótulos de “latino-português” ou “românico” (i.e. “português”) a um texto produzido em Portugal em finais do século XII e inícios do século XIII deve depender crucialmente da análise de determinados aspectos do sistema de escrita com que o texto foi produzido: quero com isto dizer que, em meu entender, **a questão dos mais antigos textos escritos em português é uma questão scripto-linguística**, e que uma análise como a referida pressupõe, entre outras coisas, uma abordagem quantitativa de determinadas características ou indicadores gráficos, com eventual determinação de limiares de ocorrências significativos.

A existência de uma produção textual primitiva portuguesa foi antecedida directamente por uma produção documental latino-portuguesa de base tardo-latina (documentada através de diplomas originais desde 882, mas remontando, com certeza, a uma época bastante anterior). Nessa documentação entrevê-se uma actividade escribal romanceadora transmitida e praticada durante séculos, pontuada pela difusão das consequências scripto-linguísticas da reforma gregoriana a partir de *ca.* 1080 (das quais se deve destacar um novo tipo de correspondências grafo-fonémicas resultantes da reforma da pronúncia do latim): assim, mais importante que classificar este ou aquele texto como “o mais antigo texto português”, importa encontrar e identificar nos textos produzidos entre *ca.* 1080 e *ca.* 1210 os padrões de escrita que se viriam a estabilizar no quadro de uma escrita portuguesa autónoma, tal como a documentam na segunda década do século XIII o *Testamento* português de D. Afonso II de 1214 (com elevado grau de estabilização scriptográfica) e a *Notícia de Torto* de 1211-1216 (com baixo grau de estabilização scriptográfica)².

Se se considerar que a designação ‘produção primitiva portuguesa’ se pode proficuamente referir, mais que a um *corpus* fechado de textos (como a definiu originalmente Ivo Castro³), a uma actividade escribal, i.e. a um modo de produção textual corrente no século XII e caracterizado pela intenção de reflectir directamente estruturas características do português, então o conjunto de textos actualmente conhecidos que pode ser englobado nessa primitiva produção aumenta significativamente, e a relação entre os textos do cânone actual

2 Para uma análise paleográfica e scriptográfica detalhada da *Notícia de Torto* baseada em nova edição paleográfica do texto v. Emiliano/Pedro (2004).

3 «Mas antes de 1255 existiu também uma diminuta **produção primitiva portuguesa**, constituída por documentos de carácter notarial escritos em português, cuja importância é excepcional para o estudo da primeira fase da história da língua: o *Testamento de Afonso II* (1214), a *Notícia de Torto* (ca. 1214) e dois documentos de Mogadouro recentemente descobertos.

Se se perguntar se esta lista é completa, a resposta mais prudente será negativa.

[...]

Mas não é apenas a perspectiva de aparecerem novos documentos em português do período anterior a 1255 que nos recomenda uma resposta negativa. Mesmo que nenhuma nova descoberta fosse feita, bastam os dados internos dos documentos que possuímos para nos persuadirem de que eles não foram os únicos, nem certamente os primeiros a usar o português, em vez do latim, como língua da escrita.» Castro 1991: 183.

conhecido e publicado (o *Testamento de D. Afonso II* e a *Notícia de Torto*⁴) e a tradição escribal precedente, torna-se mais clara, e sobretudo, mais esclarecedora.

A actividade escribal romanceadora posterior a 1080 (data do Concílio de Burgos, que marca a introdução oficial da reforma gregoriana ou cluniacense) pode ser convenientemente distinguida, para efeitos descritivos, da actividade mais antiga que se manifesta na redacção dos textos latino-portugueses anteriores à reforma: não se trata de aceitar à letra a tese de Menéndez Pidal da existência de duas correntes de vulgaridade na língua notarial⁵, mas de acentuar a importância que a reforma gregoriana teve nos usos scripto-linguísticos ibero-românicos. As duas correntes identificadas por Pidal não parecem ser mais do que duas fases de uma mesma tendência, presente desde os testemunhos mais antigos da produção notarial latino-românica hispânica, e pontuada pelo impacto scripto-linguístico da reforma gregoriana na segunda metade do século XI, e pelo impacto scripto-linguístico do crescente nacionalismo das monarquias cristãs em finais do século XII. Assim sendo, a virtude do

4 Sem querer fazer aqui a discussão da questão do mais antigo texto escrito em português conhecido, reitero a minha convicção de que a *Notícia de Fiadores* de 1175 descoberta e publicada por Ana Maria Martins não pode, de facto, ser considerada como o mais antigo texto escrito em português, e remeto a este propósito para Emiliano (no prelo). O artigo novíssimo de Ana Maria Martins (no prelo) em resposta ao meu, vem acentuar esta minha convicção, porque a argumentação da Autora se constrói a partir de dados linguísticos que não são de facto comparáveis com os da *Notícia* de 1175. Por outro lado, há alguns argumentos que são claramente questionáveis, apesar de elaborados com evidente erudição, como é, por exemplo, a conclusão de que a forma 'fecit' é afinal uma forma gráfica portuguesa arcaica (*op. cit.* "3.3. A forma *fecit* na *Notícia de Fiadores* (1175)"). Note-se também que a *Notícia de Fiadores* não passa de uma nótula de três linhas acrescentada a um manuscrito onde já estava consignado um documento, em que apenas a última linha contém algumas formas plenamente "aportuguesadas" (a última linha funciona como uma adenda ou codicilo à lista de nomes que constitui a quase totalidade do texto). Em minha opinião, a *Notícia de Fiadores* não altera o cânone conhecido e publicado dos mais antigos textos escritos em português, devendo ser considerada como um texto latino-português muito romanceado.

Aliás, e dum ponto de vista estritamente linguístico, a discussão do "texto mais antigo" é pouco interessante: o que me parece importante é a análise, no conjunto, dos textos antigos conhecidos, no sentido de se tentar apreender os modos de produção textual vigentes na segunda metade do século XII e na primeira metade do século XIII.

5 «Descubría así dos encontradas corrientes de vulgaridad en la lengua notarial: una que venía de los siglos antiguos y se extinguía en el curso de los dos primeros tercios del XI; otra que empezaba en el último tercio del XII y triunfaba con la adopción del lenguaje vulgar en el XIII. ¿Qué había ocurrido a fines del XI para detener la primera de estas dos corrientes? Pues la reforma cluniacense que restauró la latinidad y se alzó como barrera aisladora entre las dos direcciones reseñadas. Y ¿qué ocurrió a fines del siglo XII para iniciar la segunda corriente? Pues un movimiento general a toda la Romania que llevaba a secularizar la cultura, y por tanto a entronizar el romance como lengua oficial ordinaria, dejando el latín solamente como supletorio para los actos más solemnes.

Las dos corrientes se distinguen así bastante por su propio origen. La que se extingue en el siglo XI venía de muy antiguo; arranca del latín vulgar de los primeros siglos medievales y refleja revueltamente ora arcaísmos de esa primitiva vulgaridad, que venían arrastrados por la tradición, ora neologismos del romance, todo en lucha con el latín escolástico, única norma literaria de entonces. Por el contrario, la corriente que empieza a fines del siglo XII, olvidada totalmente del latín vulgar por la interposición de un siglo entero de latín escolástico depurado, refleja solamente las últimas formas del romance, las más nuevas, apoyadas en la coexistencia de dos normas literarias que entonces ya se hallaban acatadas: la romance al lado de la latina.» Menéndez Pidal [1926] 1980⁹: viij.

modelo de Pidal reside, não na letra da sua formulação, mas no seu aspecto conceptual e na identificação de aspectos extra-linguísticos que tiveram consequências profundas na tradição notarial latino-românica, contribuindo para a acentuação extrema das tendências antigas de romanceamento gráfico.

Tudo parece indicar que durante o século XII havia em Portugal (e noutros domínios scripto-linguísticos ibero-românicos) uma tradição escribal de romanceamento muito acentuado, com fraca visibilidade escritural, a qual parece ter evoluído na segunda metade do século XII e na primeira metade do século seguinte, quer na produção documental, quer na produção foral, no sentido de uma extrema ou completa “deslatinização”, processo que aparentemente desembocou em, ou pelo menos antecedeu, o surgimento de uma *scripta* portuguesa autónoma (com variedades locais apresentando um grau diverso de estabilização). Como era transmitida esta tradição através das diversas gerações de escribas que a praticaram (seria sistematicamente ensinada e aprendida?) não sabemos. A sua prática pode ser convenientemente situada num contexto que Rita Marquilhas chama de “interrupção cultural”⁶, e concretizava-se na utilização de como que uma “norma sem norma”, ou melhor, para seguir a formulação da mesma Autora, de uma **norma pluriforme**⁷. O processo da sua estabilização e consolidação numa nova norma scriptolinguística, como a documenta o *Testamento de D. Afonso II*, deve ter implicado em determinada altura uma decisão explícita de alguém, no sentido da criação de uma nova modalidade de escrita em ruptura com a tradição precedente (*i.e.* uma verdadeira reforma ortográfica), embora os particulares desse processo nos sejam completamente desconhecidos.

A fraca visibilidade escritural desta tradição justifica-se pela sua associação inicial à produção de documentos não-dispositivos (destinados a uso privado), como é o caso da *Notícia de Torto*, ou de versões provisórias –minutas– de documentos dispositivos, como é o caso do Testemunho A do Testamento de 1210, testemunho precioso do processo de *conscriptio* de um documento latino-português na primeira metade do século XIII.

6 «[...] há uma metalinguística forçosamente diversa junto de indivíduos experientes em termos de tradição escrita, ortográfica, e junto daqueles que sistematizam uma nova escrita em momentos de interrupção cultural. A metalinguagem dos primeiros é-lhes imposta, enquanto a dos segundos é, até certo ponto, espontânea. Pensando em outras metalinguagens, a mesma diferença encontra-se nas *normas* exteriores, ditadas pela gramática tradicional, que não apresentam o carácter espontâneo dos *juízos de gramaticalidade*, essenciais para estudos de linguística teórica.» Marquilhas (no prelo).

7 «Proponho apenas que se articule a ideia de normas pluriformes, como seriam as que vigoravam entre os escribas dos mosteiros e chancelarias medievais, com a de *subversão* das mesmas normas. Se até finais da Idade Média a competência gráfica se restringiu a um grupo selecto de indivíduos sujeitos a um treino gráfico sistemático, o treino scriptológico, havia já na época, e passou a haver crescentemente com a aproximação da Idade Moderna, quem não dominasse tais normas e, ainda assim, executasse textos escritos que sobreviveram (pense-se, quanto mais não seja, nas características gráficas da *Notícia de Torto* e na distância que as separa, em termos de sistematicidade, das cópias suas contemporâneas do *Testamento de Afonso II*).» Marquilhas 2000: 233-234.

O artigo recente de Ana Maria Martins (*Ainda 'os mais antigos documentos escritos em português'. Documentos de 1175 a 1252*, de 1999) é um notável contributo para a história da escrita antigo-portuguesa: nesse artigo, para além de dar à estampa um conjunto importantíssimo de documentos inéditos latino-portugueses muito romanceados de finais do século XII e inícios do século XIII, que iluminam de forma decisiva o processo de evolução das práticas escritas medievais portuguesas, a Autora propõe um modelo para a génese da escrita em português, o qual assenta na distinção entre duas tradições escriturais portuguesas. A importância deste modelo para a conceptualização da emergência de uma ortografia portuguesa autónoma justifica que se cite aqui o artigo referido com alguma extensão:

[...] existem duas tradições de *scripta* romance, bem diferenciadas, em Portugal, na segunda metade do século XII e primeira metade do XIII: uma *scripta* conservadora, ou não estabilizada, representada pelos documentos particulares, e uma *scripta* inovadora, ou estabilizada, que se terá desenvolvido no âmbito da chancelaria régia, só vindo a propagar-se à documentação particular na segunda metade do século XIII. (Martins 1999: 494)

E mais adiante:

Temos assim dois tipos de *scripta*: uma, a *scripta* elaborada, e por isso inovadora, de uma oficina de produção (centralizada) de escrita, a chancelaria régia; outra, a *scripta* mais espontânea de notários que se iam afastando da adesão estrita ao modelo scriptográfico latino-notarial, mas cuja vinculação básica a este modelo determinava o carácter conservador do seu modo de escrever. Os documentos particulares em romance são produtos individuais, ainda que certamente não isolados de um contexto (ibérico e românico) favorecedor da sua emergência. A sua produção dispersa, associada ao seu carácter de epifenómenos, explica que entre o último quartel do século XII e meados do século XIII não tenha emergido, no âmbito da produção documental particular, uma *scripta* estabilizada, em paralelo com a *scripta* estabilizada da chancelaria régia.

[...]

O que opõe a *scripta* dos documentos régios, de que só conhecemos o Testamento de 1214, à *scripta* dos documentos particulares, no período relevante, é então o carácter inovador e estabilizado da primeira face à natureza conservadora e não-estabilizada da segunda.

(Martins 1999: 502-3)

Ana Maria Martins sugere implicitamente a existência uma tradição estabelecida de escrita portuguesa na chancelaria régia, retomando a ideia de Ivo Castro da «prática longa dos copistas da corte» (Castro 1991: 184), embora não seja possível, no estado actual dos conhecimentos, confirmar esta hipótese, que se me afigura, de qualquer forma, bem funda-

mentada. Num texto mais recente Martins expande esta ideia, tentando estabelecer uma ligação entre a escrita em português na documentação notarial e na produção literária (Martins 2001: 38ss).

O quadro geral sugerido por Ana Maria Martins, e que os textos agora conhecidos parecem fundamentar/suportar, é, em traços largos, o da criação e desenvolvimento durante a segunda metade do século XII, quer em centros locais de produção textual, como os *scriptoria* monásticos e capitulares, quer na chancelaria régia, de um tipo de escrita inovador, caracterizado por um maior isomorfismo grafo-fonémico e grafo-morfémico na sua relação com a oralidade do que a anterior tradição latino-portuguesa, e associado inicialmente à produção de documentos de estrutura pouco formulaica e para uso privado:

o português começa por manifestar-se na produção de documentos de tipo mais informal, alastrando depois no terreno dos diplomas com maior grau de formalização.

(Martins 2001: 23)

No entanto, e em meu entender, a principal descoberta textual de Martins (1999) não é tanto a *Notícia de Fiadores* de 1175 (que, como já tive ensejo de discutir, não pode ser considerado fundamentadamente como o mais antigo texto escrito em português conhecido), mas sim o *Testamento de Pedro Fafes* de 1210 que sobreviveu em duas versões: uma versão muito romanceada, com soluções gráficas claramente portuguesas, que parece ter sido ou a minuta, ou, pelo menos, uma versão preliminar do texto (aqui designada como 'Testemunho A'), e uma outra versão, ligeiramente mais extensa (com duas cláusulas finais adicionais, e com algumas cláusulas aumentadas ou reformuladas), com características latinas mais pronunciadas, e com ausência geral de grafias inovadoras (aqui designada como 'Testemunho B').

O cotejo dos dois textos permite concluir que são testemunhos de um mesmo acto jurídico, isto é, que resultam da mesma *actio* e que contêm basicamente o mesmo documento, e que há, portanto, uma relação genética inquestionável entre as duas versões, sendo o Testemunho B, o resultado da refundição, com algumas amplificações, do Testemunho A. É de notar que as duas versões apresentam mãos claramente diferentes, sendo, portanto, obra de dois *notatores*.

O acrescentamento das duas cláusulas finais atribuí ao Testemunho B um carácter marcadamente dispositivo (o autor moral do testamento, provavelmente em presença da minuta, parece ter precisado melhor as suas intenções perante o *notator* do Testemunho B): nessas cláusulas finais *Pedro Fafes* encarrega duas pessoas (um familiar e o prior do mosteiro de S. Simão, instituição que o autor constitui como beneficiária de uma série de bens) de zelarem pelo cumprimento das suas disposições, através das expressões 'faciant omnia mea manda impleri' (B, l.17), e 'faciant implere' (B, l.18). Como Ana Maria Martins assinala, "os testamentos, enquanto *actio*, podiam, na verdade, dar origem a dois tipos de diplomas, dispositi-

vos e probatórios” (Martins 1999: 498). O facto de o Testemunho B ter um carácter dispositivo mais acentuado que o Testemunho A é consentâneo, por um lado, com o seu maior grau de latinidade, e, por outro lado, com a hipótese de a utilização de um registo scripto-linguístico romanceado estar associada à redacção de documentos não-dispositivos e de minutas de documentos dispositivos.

O Testemunho B foi muito provavelmente redigido em presença do Testemunho A, por consulta directa do mesmo: para a forma ‘almozala’ (A, l.13) do Testemunho A, o Testemunho B oferece a forma ‘almutala’ (B, l.16), em que um <z> foi escrito originalmente, e emendado primeiro para <l> (um lapso causado provavelmente por antecipação do <l> da sílaba seguinte) e depois para <t>, como se o escriba quisesse deliberadamente evitar a solução gráfica presente em A. De facto, com excepção da generalidade dos patronímicos em ‘-iz’ e do antropónimo ‘zameiro’ (B, l.09), o Testemunho B do Testamento de 1210 substitui sempre a grafia <z> presente em A por outra, e não substitui nunca a grafia <c> de A por <z>:

	Testemunho A	Testemunho B
Parágrafo 02 ⁸ :	faʃ1ʒ	faʃ1la
Parágrafo 03:	pobaazõ	pobaacion
Parágrafo 04:	calʃces	calicis
Parágrafo 05:	lēc1	leent1
Parágrafo 06:	cedofeʃta	cedofecta
Parágrafo 08:	gõzina	gõcina
Parágrafo 18:	almozala	almu[ʒ→l→]tala
	plomazõ	plumacio
	faceroáá	faceiroa

É minha opinião que o confronto das duas versões do Testamento de 1210 permite compreender, como provavelmente nenhum outro testemunho coevo conhecido permite, os processos de redacção que estavam na base da *conscriptio* de um acto notarial em inícios do século XIII.

EDIÇÃO E COLAÇÃO DOS DOIS TESTEMUNHOS DO TESTAMENTO DE 1210

Apresento uma dupla edição de cada um dos testemunhos do Testamento de 1210, anotando as divergências com a edição de Martins (1999). Para cada testemunho dou uma edição

8 A remissão para parágrafos numerados refere-se à colação dos dois testemunhos apresentada mais abaixo.

paleográfica⁹ (servindo-me do tipo medieval NotatorMono desenvolvido no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa¹⁰ para representar o conjunto de caracteres original do texto manuscrito), e uma edição interpretativa. Dou também a colação dos dois testemunhos numa edição paleográfica justa-linear.

Testamento de Pedro Fafes de 1210

Testemunho A: versão preliminar (provavelmente destinado a uso estritamente privado – minuta?) – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Simão da Junqueira, maço 5, documento 13.

Edição: Ana Maria Martins, *Ainda 'os mais antigos documentos escritos em português'*. *Documentos de 1175 a 1252*, in I. H. FARIA, Ed., *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa (Edições Cosmos /Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1999, p. 522, documento 12 (=AMMa);

Ana Maria Martins, *Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis*, in Biblioteca Nacional: *Caminhos do Português. Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas – Catálogo*, Lisboa (Biblioteca Nacional), 2001, p. 54, documento 5 (=AMMb).

Assunto: *Pedro Fafes*, “temendo o dia de sua morte”, faz um testamento em benefício de diversos indivíduos e instituições religiosas.

Testemunho B: versão definitiva com carácter dispositivo (*mundum*) – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Simão da Junqueira, maço 5, documento 14.

Edição: Ana Maria Martins, *Ainda 'os mais antigos documentos escritos em português'*. *Documentos de 1175 a 1252*, in I. H. FARIA, Ed., *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa (Edições Cosmos /Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1999, p. 523, documento 13 (=AMMa);

Ana Maria Martins, *Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis*, in Biblioteca Nacional: *Caminhos do*

9 As edições paleográficas foram realizadas a partir de reproduções ampliadas dos manuscritos, gentilmente cedidas por A. M. Martins em finais de 1999, a quem agradeço também o envio do seu artigo enquanto estava no prelo, juntamente com a sua edição do testamento em suporte electrónico. Alguns problemas de leitura pendentes foram resolvidos por consulta directa dos manuscritos, com a presença da paleógrafa e diplomata Susana Pedro, cuja disponibilidade muito agradeço.

10 Cf. <http://www.fcsh.unl.pt/clun/linha4.html>.

Português. Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas – Catálogo, Lisboa (Biblioteca Nacional), 2001, p. 55, documento 6 (=AMMb).

Assunto: *Pedro Fafes*, “temendo o dia de sua morte”, faz um testamento em benefício de diversos indivíduos e instituições religiosas, e designa o seu sobrinho *Mendo Peres* e o Prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira como seus testamenteiros.

CrITÉRIOS de transcriÇÃO e transliteração da edição paleográfica:

Não são expandidas as abreviaturas, sendo todos os caracteres de abreviação (sinais gerais de abreviação, quer com valor especial/literal quer com valor geral/vocabular, letras sobrescritas, sinais específicos de abreviação) representados por glifos do tipo Medieval. A separação/união de palavras é dada tal como ocorre no manuscrito sem qualquer intervenção editorial; o mesmo se aplica à capitalização e à pontuação. A intervenção editorial resume-se à numeração de linhas, e à sinalização de alguns acidentes de escrita (referidos e clarificados em nota se for caso disso), como emendas, anulações, ou interpolações escribais, não se fazendo qualquer restituição de texto.

Convenções editoriais adicionais:

/texto/	letra ou sequência de letras na entrelinha superior
[↑texto]	texto interpolado na entrelinha superior
[↓texto]	texto interpolado na entrelinha inferior
<...>	texto ilegível anulado (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
<texto?>	texto anulado de leitura duvidosa
<texto>	texto legível anulado
tex [c→] to	substituição de letra por emenda
texto?	texto de leitura duvidosa
L	linha numerada

CrITÉRIOS de transcriÇÃO e transliteração da edição interpretativa:

É introduzida pontuação modernizadora, de forma a facilitar a compreensão do texto. A capitalização é normalizada de acordo com as convenções modernas, ou seja, todos os nomes próprios são capitalizados. Todas as abreviaturas são expandidas, ou seja, transliteradas através de sequências literais sem indicação de desabreviamento, com excepção da nota tironiana e do ‘et’, que são transliterados como ‘&’ e de ‘mr./mrb.’ (= ‘morabitino(s)/morauedio(s)/etc.’). Além disso, o sinal geral de abreviação com valor de letra consonântica nasal é transliterado por ‘n’ ou ‘m’, de acordo com o contexto ou com formas extensas presentes no texto. Certas alografias são eliminadas: ‘i caudato’ é transcrito como ‘i’, ‘v’ é transcrito como ‘u’, excepto nos numerais. A distinção entre ‘i/u’ “consonânticos” (i.e. representando [dʒ] e [v] respectivamente) e ‘i/u’ “vocálicos” não é, no entanto, feita. As plicas (sobre letras vocálicas) são eliminadas. O texto anulado não é transcrito. O texto restituído é indicado entre []. A separação de palavras é normalizada sem qualquer indicação. Quando a junção de palavras no manuscrito corresponde a crase vocálica a separação é feita com apóstrofe, exceptuando-se os casos de contracção de preposição e artigo ou pronome. As palavras partidas por transliteração são restituídas na linha em que começam, com hífen indicando a mudança de linha. O texto é dividido em parágrafos numerados, mantendo-se a indicação das linhas numeradas.

Testemunho A – edição paleográfica com tipo medieval

- L01 Ę [g→]ḿ. Cĉ. Ẃ. viī. ego petr⁹ fafi3 τiμε5 διē moττι5 μέε
 ιta meū habere mādo διουδ̄ere. ἱ̄pm̄ι5¹.
- L02 .uno caſal napoboazō. quefuit ḏſueiropafifi3 9ſua² herda³. τ
 9⁴ roteas que modo habet.⁵ τ hocafal ḏerιba
- L03 ḏa he[c→]ſte⁶. ſcō ſimeonι. talι pacto. ut nūq̄. prioz
 ne[ſ→]c⁷ p̄pofit⁹. nec abade habea poteſtatē<ι> ueḏēḏι
- L04 nec apenorādι. ιpſo5 caſale5. Sed ſēp tenāt⁸ illo5 duo5
 fratrey. ḏḏ ſeruι/ē/ḏū⁹ ιpſū monaſteriū ιcaλι
- L05 ce5 ἱ̄ιuro5. ¹⁰ τiπrol que uideat domoeſteιro. τ m̄ando. uno
 caſal ιlēcι. martιno nunι3. ḏcedo
- L06 feιta ιgotemιr ḏgōḏegōḏemar¹¹ q̄nta¹² hereditatē ιbι habeo.
 ſaquena τ habeant¹³. ιllā¹⁴. ḏponte ḏahō
- L07 τ aḏe criηι3. ι ḿr¹⁵ ḏpōte ḏ ḏōzameιro. τ aḏedona
 gō[g→]3ιna. ι. ḿr. acōfria¹⁶. ḏcanaueſe5. ι. ḿr. hoſ gafo5

1 ι] AMM 'Jr'

2 9] AMM 'com'

3 herda] AMM *id.*, e acrescenta '(sic)'

4 9] AMM 'com'

5 habet] AMM *id.*, e acrescenta em nota: «Na palavra 'habet', vê-se sobre 'e' um sinal de abreviatura riscado.»: há um traço supralinear de extensão média (sinal abreviativo geral) sobre o <ι>, que foi riscado.

6 ḏa he[c→]ſte] AMM 'dahegte'; a letra <g> desta mão é constituída por quatro traços, pelo que o terceiro carácter da sequência <heſte> não pode ser considerado uma instância de <g>. Não posso, portanto, aceitar a inclusão por AMM da forma <hegte> no conjunto de "formas raras, que manifestam opções gráficas pontuais associadas a ensaios isolados de escrita em romance, ... outra característica da primitiva produção documental." (Martins 1999: 502).

7 ne[ſ→]c] AMM 'neg'; v. nota anterior.

8 tenāt] AMM 'teneāt'

9 ſeruι/ē/ḏū] AMMa 'seruj<e>dū', AMMb 'seruj<ē>dū'

10 ι] AMMI 'j', AMMb 'j'

11 ḏgōḏegōḏemar] AMM 'de gō de gōdemar', e acrescenta '(sic)'

12 q̄nta] AMMa 'quãtu', AMMb 'quanta'

13 habeant] AMMa 'hābeant', AMMb 'habeant'

14 ιllā] AMM 'illa'

15 ḿr] AMM 'Moruedi'; mais abaixo, na mesma linha e na linha 8 AMM transcreve a abreviatura da mesma forma.

16 cōfria] por 'cōfria'; AMM 'cōfria', e acrescenta '(sic)'

- L08 .ι. ᾄr. ἀbracala . ḡ[ι→]tamēto . τδēt meū auer tātū
pque/<que?>/<nat> tenaē 17 unū anal . τpque cōpariet
- L09 unū mujmēto pedrino . ἀmēloufado . una . uaca . ἀpet^o μαρτιηγ
.una.ιuuēca. hous fratres
- L10 [c] simeō . Χ .ᾄr. 18 que me habeaē ī mēte īsuas orationes .
hocafal ḡlētē iacet. poz .Χ.ᾄr. ḡte
- L11 no.loquo. 19 p nozo auer . thocafal derjba da heste ḡteno
ḡ.vιιιι.ᾄr. phonofō. τ ḡādo que jaca
- L12 uo cafal ḡpet^o ἡης. poz hofmorauedios. <...> que iacet . ho
quemādo afā simeō .
- L13 afā [imeō] 20 una almozala . tunoplomazo . unafaceroáá.

Testemunho A – edição interpretativa

- P01 |L01 Era M^a CC^a XL^a VIII^a.
- P02 Ego Petrus Fafiz, timens diem mortis mee, ita meum habere mando diuidere.
- P03 In primis, |L02 uno casal na poboazon que fuit de Sueiro Fafiz con sua herda, & con roteas que modo habet, & ho casal de riba |L03 d' Aheste Sancto Simeoni.
- P04 Tali pacto ut nunquam prior nec prepositus nec abade habea potestatem uendendi |L04 nec apenorandi ipsos casales, sed semper tenant illos duos fratres, ad seruiendum ipsum monasterium in cali-ces, |L05 in liuros, & in prol que uideant do moesteiro.
- P05 & mando uno casal in Lenci Martino Nuniz.
- P06 A Cedo-feita |L06 in Gotemir de Gondemar quanta hereditatem ibi habeo; saquena & habeant illam.
- P07 A ponte d' Ahon |L07 & a de Crinis, I mr.
- P08 A ponte de Don Zameiro & a de Dona Gonzina, I mr.
- P09 A confr[ar]ja de Canaueses, I mr.

17 tenaē] AMM 'teneāt'

18 ᾄr] AMM 'Morauedios'; mais abaixo, na mesma linha e na linha 11, AMM transcreve da mesma forma.

19 loquo] AMM 'loguo'

20 [imeō]] AMM 'simeozj'

- P10 Hos gafos, |^{L08} I mr.
- P11 A Bracala, quitamento; & dent meu auer tantum per que tenant unum anal, & per que compariet |^{L09} unum muimento pedrino.
- P12 A Men Lousado, una uaca.
- P13 A Petro Martiniz, una iuuenca.
- P14 Hous fratres |^{L10} Sancti Simeon, X mr., que me habeant in mente in suas orationes.
- P15 Ho casal de Lente iacet por X mr.; quite-no |^{L11} loquo^r per noso auer.
- P16 & ho casal de riba d' Aheste quiteno de VIII mr. per ho noso.
- P17 & mando que iaca |^{L12} uo casal de Petro Johanis por hos morauedios que iacet ho que mando a San Simeon.
- P18 |^{L13} A San Simeoni una almozala, & uno plomazo, una faceroaa.

Testemunho B – edição paleográfica com tipo medieval

- L01 Sv̄b . ē . ḡ . c̄c̄ . x̄ . viīi . Ego Petrus⁹ fafila²¹ timens d̄ie
moztis méé . Facio manda dem̄a
- L02 h̄editate ⁊²² de m̄o censu in remissione m̄oz peccaminū . In
p̄mis . mando monast̄io sc̄i
- L03 symeonis . i . casale ⁊ apoboacion . qđ fui desuerio fafiz cū
q̄nto ad illū p̄tinet . v̄d̄t̄c̄t . arroteas
- L04 quas m̄o hab̄t . & in rippa daliste / aliud casale . tali pacto
. ut nūq̄m̄ p̄oz nec aliq̄s
- L05 habeat potestātē uendendi ḡ p̄ignozandi ipsos p̄dictos casales
. ⁊;²³ semp teneat̄ illos duo
- L06 fr̄es ad utilitatē p̄dicti monast̄iī . v̄d̄t̄c̄t . in libris ⁊ i
calicis ⁊ in alia p̄fectancia hui⁹ mo-
- L07 nast̄iī . Et mando . i . casale inleenti martino nuniz .
acedofecta ingontemir de gōdemar

²¹ fafila] por <fafila>; AMM 'fafila'

²² ⁊] AMM 'et'; AMM transcreve a nota tironiana como 'e' no Testemunho A e 'et' no Testemunho B

²³ ⁊;] = 'Sed'; AMM 'scilicet'

- L08 ḡntā hēditatē²⁴ ἰβι habeo . τ̄ p̄soluat̄ thabeat̄ . ἀδ̄ pōte δα
hūm . τ̄Crines²⁵ . ἰ . mr̄b̄²⁶ . ἀδ̄
- L09 ponte de donzameiro . τ̄ ḡ dona gōcina . ἰ . mr̄b̄ ἀδ̄ cōfraria ḡ
canaueses . ἰ . m̄r̄²⁷ ἄgafos̄
- L10 ἰ . m̄r̄ . ἀδ̄brachara ḡtam̄tū . & dent tantū de mō censu p̄que
teneat̄ . ἰ . anale
- L11 τ̄ p̄que cōparet̄ unū monum̄tū pedrinū . ἀmēdo loufado . ἰ . uaca
. ἀδ̄ petrū martiniz
- L12 ἰ . iuencula . ἀδ̄f̄ref̄ [c̄r̄] [ymeonis̄ . X . m̄r̄ . ḡ me habeat̄ ἰ
mente ἰ [uis̄ ozōnib̄⁹ . _____
- L13 Cafale deleenti p̄soluat̄ de n̄rō censu . que iacet p̄decē aureis̄
. Cafale de rippa ḡaliste iacet
- L14 p̄ νιουη . τ̄ p̄soluat̄ ἰllū de n̄rō . & mādo ut mittat̄ ἰn
pignozib̄⁹ cafal ḡ pet̄^o ioh̄nes̄ p̄ xx mr̄b̄
- L15 τ̄ p̄soluat̄ δα poboaciō . τ̄²⁸ aut̄ interim [†cafal] de petro
ἰh̄is̄ seruiat̄ [c̄o] [ymeone . Et [c̄o] [yme/one/ ²⁹
- L16 ἰ . almu{z→}tala³⁰ . τ̄ ἰ . plumacio . τ̄ ἰ . faceiroa . Et Rogo
τ̄mandō p̄ozē [c̄r̄] [ymeonis̄ τ̄m̄
- L17 [ur̄nū] menēdū pet̄ ḡ faciāt̄ om̄a mea māda ἰpleri . & [ἰ] forte
mea mulier̄ τ̄f̄il̄is̄ m̄i ea
- L18 noluerint ἰplere / p̄oz . τ̄menēd̄⁹ pet̄ p̄regē τ̄ p̄archiepm̄ ′′³¹
faciāt̄ ἰplere . [†′′ aut̄ p̄ [e] ³²

24 hēditatē] AMMa 'hereditatē, AMMb 'hereditatē'

25 Crines] AMMa 'Crines'. AMMb 'Crines'

26 mr̄b̄] AMM 'morabetino'; mais abaixo nas linhas 9 e 14, AMM transcreve a abreviatura da mesma forma

27 m̄r̄] AMM 'morabetinos'; mais abaixo nas linhas 10 e 12, AMM transcreve a abreviatura da mesma forma

28 τ̄] AMM 'et', e acrescenta '(?)'

29 [yme/one/] sobre as letras entrelinhadas há um traço que as separa da linha superior

30 almu{z→}tala] AMM 'almutala', e acrescenta em nota: «O 't' da palavra 'almutala' sobrepõe-se a um 'z' previamente desenhado. Por outro lado, o traço vertical do 't' é excessivamente alto, como se o 't' tivesse sido desenhado a partir de 'l'. »; o <l> foi de facto desenhado sobre um <z> (cf. a forma <almazala> no Testemunho A), e o traço vertical é equivalente a um <l>, o que parece indicar que o escriba fez dois erros sucessivos: primeiro traçou um <z> que quis emendar traçando outra letra; tendo traçado um <l>, provavelmente por antecipação da sílaba seguinte, acabou por traçar finalmente um <l>.

31 O sinal de interpolação corresponde no ms. a dois traços curtos paralelos oblíquos, como duas plicas longas.

32 [†′′ aut̄ p̄ [e]] AMM '<aut per se>', e acrescenta em nota: «Na verdade, 'aut per se' aparece não na entrelinha, mas sob a última linha. Um sinal colocado na linha e junto de 'aut per se' assinala o lugar onde deve entrar a correção.».

- P01 |^{L01} Sub Era M^a CC^a XL^a VIII^a.
- P02 Ego Petrus Fafila[z], timens diem mortis mee, facio manda de mea |^{L02} hereditate & de meo censu in remissione meorum peccaminum.
- P03 In primis, mando Monasterio Sancti |^{L03} Symeonis I^m casale in a poboacion quod fui de Suerio Fafiz cum quanto ad illum pertinet, uidelicet arroteas |^{L04} quas modo habet, & in rippa d' Aliste, aliud casale.
- P04 Tali pacto ut nunquam prior nec aliquis |^{L05} habeat potestatem uendendi nec pignorandi ipsos predictos casales, sed semper teneant illos duo |^{L06} fratres ad utilitatem predicti monasterii, uidelicet, in libris, & in calicis, & in alia profectancia huius monasterii.
- P05 |^{L07} Et mando I casale in Leenti Martino Nuniz.
- P06 A Cedofecta in Gontemir de Gondemar, |^{L08} quantam hereditatem ibi habeo, & persoluant & habeant.
- P07 Ad ponte d' Ahum & Crines, I mrb.
- P08 Ad |^{L09} ponte de Don Zameiro & de Dona Goncina, I mr.
- P09 Ad confraria de Canaueses, I mr.
- P10 A gafos, |^{L10} I mr.
- P11 Ad Brachara, quitamentum; & dent tantum de meo censu per quem teneant I anale, |^{L11} & per quem comparent unum monumentum pedrinum.
- P12 A Mendo Lousado, I uaca.
- P13 Ad Petrum Martiniz |^{L12} I^a iuencula.
- P14 Ad fratres Sancti Symeonis X mr., qui me habeant in mente in suis orationibus.
- P15 |^{L13} Casale de Leenti persoluant de nostro censu, que iacet pro decem aureis.
- P16 Casale de rippa d' Aliste iacet |^{L14} pro VIII, & persoluant illum de nostro.
- P17 & mando ut mittant in pignoribus casal de Petro Iohanes pro XX mrb., |^{L15} & persoluant da poboacion, & aut interim casal de Petro Iohanis seruiat Sancto Symeone.
- P18 Et Sancto Symeonem, |^{L16} I almutala, & I plumacio, & I faceiroa.
- P19 Et rogo & mando priorem Sancti Simeonis & meum |^{L17} suprinum Menendum Petri qui faciant omnia mea manda impleri.
- P20 & si forte mea mulier & filii mei ea |^{L18} noluerint implere, prior & Menendus Petri per regem & per archiepiscopum |^{L19} aut per se |^{L18} faciant implere.

Colaço dos dois testemunhos do Testamento de 1210

P01	A: ^{L01} ě ħ . cĉ . x̄ . viiĭ . B: ^{L01} Sv̄b . ě . ħ . cĉ . x̄ . viiĭ .
P02	A: ego petr ⁹ fafiz t̄imes̄ d̄ie moztis m̄eé ĩta B: Ego Petr ⁹ faf̄ila t̄imen̄s̄ d̄ie moztis m̄eé . A: meū habere mādo diuĭdere . B: Facio māda dem̄a ^{L02} h̄editate ⁊ de m̄o cenſu in remiſſione m̄oz peccaminū .
P03	A: ĩpm̄is . B: ĩn p̄mis . m̄ando monaſt̄io ſc̄i ^{L03} ſymeon̄is A: ^{L02} uno caſal napoboazō . quefuit đ ſueiro B: .i. caſale ĩ apoboacion . qđ fui deſuerio A: fafiz ḡſua herda . B: fafiz cū q̄nto ad illū ptinet . A: ⁊ ḡ roteas que modo habet . B: v̄d̄t̄cz . arroteas ^{L04} quaſ m̄ hab̄t. A: ⁊ hocafal derĭba ^{L03} da heſte . ſc̄o ſimeon̄i . B: & in r̄ippa dal̄ſte ! aliud caſale .
P04	A: talĭ pacto . ut nūq̄ . prioz nec p̄poſit ⁹ . nec B: talĭ pacto . nūq̄m̄ p̄oz nec aliq̄s A: abade habea poteſtatē<ĭ> uēdēdĭ ^{L04} nec B: ^{L05} habeat poteſtatē uendēdĭ ĩ A: apenorādĭ . ipſos caſales . B: p̄ignozandĭ ipſos p̄dictos caſales . A: Sed ſēp̄ tenāt illos duos fratres . B: ſ; ſemp̄ teneat illos duo ^{L06} fr̄er A: ad ſeruĭ/e/dū ipſū monaſteriu B: ad utilitate p̄dicti monaſt̄iſ . A: ĩcalĭ ^{L05} ces ĩliuros . B: v̄d̄t̄cz . in libris ⁊ ĩ calicis A: t̄iprol que uĭdeāt domoſteiro . B: ⁊ in alia p̄fectancia hui ⁹ mo- ^{L07} naſt̄iſ .
P05	A: ⁊ m̄ando . uno caſal ĩ l̄ecĭ . martino nuniz . B: Et m̄ando . i . caſale inleenti martino nuniz .

P06	A: λ cedo ^{L06} fejta \bar{i} gotemjr δ gōdegōdemar $\overset{u}{q}$ nta B: λ cedofecta \bar{i} ngontemir de gōdemar ^{L08} $\overset{u}{q}$ ntā
	A: hereditatē \bar{i} bj habeo . \bar{i} aquena τ habeant . \bar{i} llā. B: hēditatē \bar{i} bj habeo . τ p̄soluat̄ τ habeat̄ .
P07	A: λ ponte δ ahō ^{L07} τ ade crjnjs . \bar{i} \bar{m} r B: λ ð pōte δ a hūm . τ Crines . \bar{i} . mr̄b̄.
P08	A: λ pōte δ δ ōzamejro . τ B: λ ð ^{L09} ponte de δ onzamejro . τ
	A: λ edona gōzina . \bar{i} . \bar{m} r . B: δ δ ona gōcina . \bar{i} . mr̄b̄
P09	A: a cōfr̄ia . δ canauēfēs . \bar{i} . \bar{m} r . B: λ ð cōfr̄aria δ canauēfēs . \bar{i} . \bar{m} r
P10	A: hof gafos ^{L08} . \bar{i} . \bar{m} r . B: λ gafos ^{L10} . \bar{i} . m̄r̄.
P11	A: λ bracala . $\overset{1}{q}$ tamēto . τ dēt̄ η eu auer tātū B: λ ðbrachara $\overset{1}{q}$ tām̄tū . & dent tantū de mō censu
	A: p̄que/<que?>/<nat> tenat̄ unū anal̄ . B: p̄quē teneat̄ . \bar{i} . anale
	A: τ p̄que cōpariet ^{L09} unū mujmēto pedrino . B: ^{L11} τ p̄quē cōparet̄ unū monum̄tū pedrinū .
P12	A: λ mēloufado . una.uaca . B: λ mēdo loufado . \bar{i} . uaca .
P13	A: λ pet̄ martjnjs . una . iuuēca . B: λ ð petrū martinjs ^{L12} $\overset{u}{i}$. iuuencula .
P14	A: hous fratres ^{L10} \bar{i} c̄j \bar{i} imeō . X. \bar{m} r . B: λ ðf̄ref \bar{i} c̄j \bar{i} ymeonis . X. m̄r .
	A: que me habeat̄ \bar{i} mēte \bar{i} suas orationes . B: $\overset{1}{q}$ me habeat̄ \bar{i} mente \bar{i} suis ozonib ⁹ . ———
P15	A: hocafal δ l̄ete iacet . poz . X. \bar{m} r . B: ^{L13} Cafale deleenti
	A: $\overset{1}{q}$ te ^{L11} no.loquo . p̄ nozo auer . B: p̄soluat̄ de n̄ro censu . que iacet p̄decē aureis̄ .

P16	A: τhocafal ðerɣba ða heɣte q̄teno δ.v.1111]. B: Cafale ðe rippa ðalɣste iacet ^{L14} p v1111].
	A: ṽr phonofɔ . B: τ p̄foluat̄ illū ðe n̄ro .
P17	A: τ m̄do que iaca ^{L12} uo cafal ðpet̄ ^o B: & m̄do ut mittat̄ in pignozib ⁹ cafal ð pet̄ ^o
	A: ṽhης. poz hoɣmoraueðioɣ . B: ioñneɣ p xx m̄rb ^{L15}
	A: <...> que iacet . ho quem̄do B: τ p̄foluat̄ ða poboaciō . τ aut interim
	A: af̄ā imeō̄ . B: [↑cafa] de petro ṽhɣɣ feruiat̄ cō ymeone.
P18	A: ^{L13} af̄ā imeō̄] una almozala . B: Et cō yme/one/ ^{L16} .almu[ɣ→]tala.
	A: zunoplomazo . unafaceroáá . B: τ i. plumacio . τ i. faceiroa .
P19	A: B: Et Rogo τm̄ando p̄ozē c̄ɣ̄ imeoniɣ τm̄m̄ ^{L17} up̄nū ðenēdū pet̄ ¹ q̄ faciāt om̄a mea m̄da ṽpleri .
P20	A: B: & i fozte mea mulier τfilíj m̄i ea ^{L18} noluerint ṽplere . p̄oz . τmenēð ⁹ pet̄ p̄regē τ parchiepm̄ " faciāt ṽplere . [↓" aut p [e]

VARIANTES TEXTUAIS DOS DOIS TESTEMUNHOS DO TESTAMENTO DE 1210

A observação da colação permite observar directamente a existência de variantes textuais de ordem diversa. Nomeadamente, verifica-se que, quando as variantes textuais envolvem diferentes soluções grafo-fonémicas, ou morfo-sintácticas, o Testemunho B apresenta em geral soluções de maior alatinamento.

Considerem-se as variantes grafo-fonémicas (que testemunham o maior alatinamento de B):

(1) representação de ditongos portugueses (não latinos) por dígrafos:

	Testemunho A	Testemunho B
Parágrafo 04:	ʃueɾo	ʃuerio
Parágrafo 04:	ðomeʃteɾo	hui ⁹ monaʃtɛ́iʃ
Parágrafo 06:	cedofeɾta	cedofecta
Parágrafo 11:	muɾm̄eto	monum̄tū
Parágrafo 14:	houɾ	að

com uma única exceção (que se explica pela inexistência de forma latina tradicional para o vocábulo):

	Testemunho A	Testemunho B
Parágrafo 18:	faceroáá	faceiroa

(2) queda de L intervocálico:

	Testemunho A	Testemunho B
Parágrafo 02:	ʃafɿɜ	ʃafɿla
Parágrafo 03:	ða heʃte	daɿʃte
Parágrafo 11:	bracala	brachara
Parágrafo 16:	ða heʃte	•daɿʃte
Parágrafo 18:	faceroáá	faceiroa

(3) queda de N intervocálico:

	Testemunho A	Testemunho B
Parágrafo 04:	moʃteɾo	monaʃtɛ́iʃ
Parágrafo 11:	muɾm̄eto	monum̄tū
Parágrafo 17:	morauedɿoɿ	mr̄b

(4) representação de africadas alveolares:

	Testemunho A	Testemunho B
Parágrafo 02:	ʃafɿɜ	ʃafɿla
Parágrafo 03:	pobaɜ̄o	poboaɿon
Parágrafo 08:	gõɜina	gõcɿna
Parágrafo 18:	almoɜala	almu[ɜ→l→]tala
	plomaɜo	plumacɿo

(5) representação da consoante nasal palatal:

	Testemunho A	Testemunho B
Parágrafo 04:	apenorāδ̄ɣ tenā̄t	pignozañδ̄ɣ teneat̄
Parágrafo 11:	tenā̄t	teneat̄

(6) vozeamento de obstruintes:

	Testemunho A	Testemunho B
Parágrafo 03:	rɣba	rɣppa
Parágrafo 11:	bracala	brachara
Parágrafo 16:	rɣba	rɣppa
Parágrafo 17:	moraued̄ɣɔs	mr̄b

(7) fenómenos vários de romanceamento:

	Testemunho A	Testemunho B
Parágrafo 05:	cafa	cafale
Parágrafo 11:	ana	anale
Parágrafo 15:	cafa	Cafale
Parágrafo 16:	cafa	Cafale
Parágrafo 17:	ɣimeō	ɣymeone

Parágrafo 04:	habea	habeat
Parágrafo 07:	ā	āð
Parágrafo 08:	ā	āð
Parágrafo 09:	a	āð
Parágrafo 11:	ā	āð

Parágrafo 04:	liuros	libriɣ
Parágrafo 07:	ðahō	ða húm
Parágrafo 07:	crɣɣɣs	Crines
Parágrafo 15:	l̄ete	leentɣ
Parágrafo 18:	ɣimeōɣ	ɣyme/one/

Parágrafo 12:	mē	mēdo
Parágrafo 17:	ḡ	cō
Parágrafo 18:	ā	cō
Parágrafo 15:	poz	ϕ
Parágrafo 17:	poz	ϕ
Parágrafo 15:	nosō	nro
Parágrafo 04:	δuos	duo

Também quando há divergência lexical, o Testemunho B mostra uma preferência por léxico latino (e.g. <pfō|uāt> – em vez de <qtēn>, <ut> – em vez de <que>).

Um outro traço importante traço de romanidade, que o levantamento de variantes textuais não permite detectar na sua completa amplitude, é a quase completa eliminação do artigo definido e dos pronomes clíticos de 3ª pessoa no Testemunho B, categorias inexistentes em latim; vale a pena considerar separadamente todos os casos de ocorrência de artigo e pronomes clíticos no Testemunho A com lugar paralelo no Testemunho B:

Parágrafo 03:	A: n[ap]roboazō
	B: ī [ap]roboacion
	A: [ho]cafal derjba da hejte
	B: & in rippa daliste / [aliud] cafales
Parágrafo 04:	A: [ip]fos cafales
	B: [ip]fos p̄dictos cafales ¹¹

11 Esta variante é extremamente interessante. Na tradição notarial latino-românica, tanto ILLE como IPSE tinham valor de artigo definido; o acrescento da forma 'p(re)dictos' em B parece resultar de uma tentativa por parte do *notator* de acentuar o carácter anafórico da expressão: o escriba deve ter considerado que a presença do demonstrativo 'ipsos' não era suficiente para marcar a pré-construção da referência em causa, o que aponta para a função de IPSE como simples determinante e não como demonstrativo na tradição notarial latino-portuguesa (agradeço os comentários de Henriqueta Costa Campos sobre este ponto).

- A: ιλλος δυος fratres
- B: ιλλοσ duo fr̄es
- A: ἀδ̄ seruy/ē/δū ιρ̄υ monasteriū
- B: ἀδ̄ utilitatē ῥ̄οictι monast̄r̄i¹²
- A: δομοεστειρο
- B: hu⁹ monast̄r̄i
- Parágrafo 06: A: φαquen̄α τ̄ habeant . ιλλ̄α
- B: p̄soluat̄∅ τ̄habeat̄ ∅
- Parágrafo 07: A: ἀποντε δαη̄ο τ̄ αδε criηης
- B: ἀδ̄ p̄ote da h̄um τ̄ ∅ Crines
- Parágrafo 08: A: ἀρ̄οτε δ̄ δ̄ozameiro . τ̄ αdedona ḡozina
- B: ἀδ̄ ponte de donzameiro . τ̄ ∅ δ̄ dona ḡocina
- Parágrafo 10: A: hoσ [= a (Prep) + os] gafos
- B: α ∅ gafos
- Parágrafo 14: A: houσ [= a (Prep) + os] fratres
- B: ἀδ̄ ∅ fr̄es
- Parágrafo 15: A: hocasal δ̄l̄ete
- B: ∅ Casale deleenti
- A: ῥ̄ten̄α
- B: p̄soluat̄ ∅

12 Cf. nota anterior.

- Parágrafo 16: A: τ[ho]cafaλ δερjba δa hejte
 B: ∅ cafaλe δε rippa δaλjste
 A: q̄teno δ̄ . v1111j .
 B: ιacet ∅ p v1111j .
 A: τ p̄foluaτ̄ [j|l|u] δε m̄r p̄hoηofo.
 B: τ p̄foluaτ̄ [j|l|u] δε ∅ n̄ro
- Parágrafo 17: A: poz [ho]moraueδiοs
 B: p ∅ xx mr̄b

Também a comparação das variantes braquigráficas permite algumas conclusões quanto ao processo de redacção do Testamento.

	Testemunho A	Testemunho B
Parágrafo 03:	ī uno δ̄ 9 habet]n ī δε cū hab̄t
Parágrafo 04:	uēdēδj nec Seδ f̄ep fratref mona[te]riū ī ī moefte]ro	uendendj ñ̄ f̄j f̄emp f̄ref mona[te]rj in in mona[te]rj
Parágrafo 05:	uno ī	1 in
Parágrafo 06:	ī	in

	hereditatē	ħeditatē
	habeant	habeaġ
Parágrafo 08:	ð	ðe
	ðe	ð
Parágrafo 09:	ðe	ð
Parágrafo 11:	ɾ	et
	ðēt	dent
	ŋeu	mō
	unū	ı
	mu ĵmēto	monumtū
Parágrafo 12:	una	ı
Parágrafo 13:	una	u ı
Parágrafo 14:	fratres	fʀes
	orationes	oʀonibʹ
Parágrafo 15:	ð	de
	poz	ɸ
	χ	ðecē
Parágrafo 16:	noʃo	nro
Parágrafo 17:	ĵħnʃ	ıoħnes
	poz	ɸ
	moʀauediou	mrġ
	ʃā	ʃcō
Parágrafo 18:	ʃā	ʃcō
	ʃımeōı	ʃyme/one/
	una	ı
	uno	ı
	una	ı

Verifica-se que, de forma geral, o Testemunho A mostra uma maior tendência para a utilização de formas extensas (exceptuando-se a utilização do sinal abreviativo geral com valor de letra consonântica nasal): não me parece que este seja um facto trivial, uma vez que, tratando-se de uma minuta ou de uma versão preliminar, poder-se-ia talvez esperar em A uma maior incidência de braquigrafismo, ou seja uma maior parcimónia grafémica (como se

o braquigrafismo fosse uma espécie de estenografia medieval, que não é de facto). A preferência por elementos extensos pode estar relacionada com a necessidade de anotar fiel e exactamente as intenções do autor moral do documento, o que poderia ter ocorrido através de ditado em presença do mesmo autor moral.¹³ A introdução de abreviaturas no texto definitivo parece assim ser, juntamente com a introdução de elementos latinos, um dos mecanismos que faziam parte do arsenal escritural dos notários, e que contribuíam para dar ao texto final o seu aspecto “oficial” e “polido”.

VARIÁVEIS SCRIPTO-LINGUÍSTICAS

A simples enumeração de variantes textuais não permite no entanto avaliar completamente a divergência quanto ao grau de romanidade e latinidade dos dois testemunhos; em meu entender, tal só se pode cabalmente aferir a partir da quantificação e comparação de uma série de categorias scripto-linguísticas, uma vez que a ocorrência tanto de elementos mais vulgarizantes como de elementos mais alatinados deve ser considerada globalmente, independentemente da existência de lugares paralelos: de facto, tal procedimento permite classificar qualquer texto notarial quanto à sua latinidade ou “portuguesismo” a partir de um certo número de indicadores scripto-linguísticos, independentemente da existência de diversos testemunhos.

Tive já ocasião noutro lugar de propor um conjunto de parâmetros cuja análise permite aferir o grau de romanidade de um texto notarial português, que reproduzo:

[...] pode dizer-se então, com propriedade, que um texto está escrito em português antigo, e não em latino-romance, quando:

1. do ponto de vista grafo-lexémico, para além de poder apresentar lexemas não latinos, não apresenta representações recorrentes de lexemas latinos que não se continuaram em português antigo;
2. do ponto de vista grafo-sintáctico, para além de poder apresentar estruturas e categorias sintácticas não latinas, não apresenta estruturas latinas estranhas (à luz do *corpus* de textos originais actualmente conhecido) à sintaxe do português antigo;
3. do ponto de vista grafo-morfémico, para além de poder apresentar morfemas e estruturas morfológicas não latinas, não apresenta representação de morfemas funcionais latinos ausentes na morfologia portuguesa;

13 A relação entre braquigrafismo e romanceamento gráfico para a documentação dos séculos IX-XIII merece alguma atenção. Limito-me a apontar aqui o facto de os dois textos portugueses mais antigos, a *Notícia de Torto* e o *Testamento de D. Afonso II*, apresentarem um número reduzidíssimo de abreviaturas vocabulares, e de fazerem uso de um elenco reduzido de sinais especiais de abreviação.

4. do ponto de vista grafo-fonémico, para além de poder apresentar formas gráficas inovadoras – formas contendo grafias não latinas ou contendo grafias “abduzidas”, i.e., reinterpretadas e empregues em contextos distintos do contexto original –, não apresenta grafias e formas gráficas latinas anisomórficas relativamente às formas fonémicas portuguesas.

Emiliano (2003: 273-4)

A aplicação quantitativa destes critérios ou condições a cada um dos testemunhos do Testamento permite observar com mais acuidade de que formã a minuta é mais romanceada que o *mundum*, uma vez que se trata de aplicar as referidas condições independentemente a cada testemunho e de comparar os resultados obtidos.

Apresento em seguida os valores obtidos para a variável que corresponde às terminações verbais de 3ª pessoa do singular e do plural.

1. Formas verbais da 3ª pessoa sing. e plural no Testemunho A

1.1 Formas sem terminação

<i>forma</i>	<i>#ocorrências</i>	<i>ref.</i>
habea	1	A.03
ᵛaca	1	A.17
ᵛqteno	2	A.15, A.16
ᶜaquina	1	A.06

1.2 Formas com terminação latina

<i>forma</i>	<i>#ocorrências</i>	<i>ref.</i>
cōpariet	1	A.11
ᵛēᵛ	1	A.11
fuit	1	A.03
habeant	1	A.06
habeaᵛ	1	A.14
habet	1	A.03
iacet	1	A.15
ᵛacet	1	A.17
tenāᵛ	1	A.04
tenaᵛ	1	A.11
uᵛdeāᵛ	1	A.04

2. Formas verbais da 3ª pessoa sing. e plural no Testemunho B

2.1 Formas sem terminação

<i>forma</i>	<i>#ocorrências</i>	<i>ref.</i>
fu ₁	1	B.03

2.2 Formas com terminação latina

<i>forma</i>	<i>#ocorrências</i>	<i>ref.</i>
cōparēt	1	B.11
dent	1	B.11
faciāt	1	B.19
faciāt	1	B.20
habeat	1	B.04
habeāt	1	B.06
habeāt	1	B.14
habet	1	B.03
iacet	2	B.15 , B.16
mittat	1	B.17
noluerint	1	B.20
pfoluat	2	B.06 , B.17
pfoluat	2	B.15, B.16
ptinet	1	B.03
feruiat	1	B.17
teneat	2	B.04 , B.11

A contagem das formas e das ocorrências permite obter os seguintes valores absolutos e percentuais:

Total de ocorrências de formas verbais de terceira pessoa em A:	16 (= 100%)
Total de ocorrências com terminação portuguesa em A:	5 (= 31%)
Total de ocorrências com terminação latina em A:	11 (= 69%)
Total de ocorrências de formas verbais de terceira pessoa em B:	21 (= 100%)
Total de ocorrências com terminação portuguesa em B:	1 (= 5%)
Total de ocorrências com terminação latina em B:	20 (= 95%)

Os valores percentuais mostram claramente o maior grau de alatinamento do Testemunho B relativamente à variável considerada: a proporção de formas com terminação portuguesa é de 1 (no Testemunho B) para 6 (no Testemunho A).¹⁴

Outra variável que se pode considerar é a variável lexical que corresponde à proporção de léxico latino, a qual se pode examinar pela extracção das formas puramente latinas, i.e. sem correspondência em português, presentes nos dois textos.

Itens lexicais latinos (não portugueses) do Testamento de 1210

1. Itens lexicais latinos (não portugueses) do Testemunho A:

<i>forma</i>	<i>#ocorrências</i>	<i>ref.</i>
ib̄ɣ	1	A.06
ɪp̄f̄oɣ	1	A.04
ɪp̄f̄ū	1	A.04
ɣta	1	A.02
p̄m̄ɣɣ	1	A.03
p̄p̄oɣɪt̄ ⁹	1	A.04
Seð	1	A.04
ut	1	A.04

2. Itens lexicais latinos (não portugueses) do Testemunho B:

<i>forma</i>	<i>#ocorrências</i>	<i>ref.</i>
a ɪa	1	B.04
a ɪq̄ɣ	1	B.04
a ɪuð	1	B.03
cen u	3	B.02 , B.11 , B.15
ea	1	B.20

14 A utilização de formas com '-t' final parece corresponder a um mecanismo (grafo-morfémico) consistente de alatinamento: à luz dos dados importantes que a análise do Testamento de 1210 fornece para a compreensão da *conscriptio* de um documento notarial não é, de facto, possível considerar a forma 'fecit' da *Notícia de Fiadores* de 1175, uma das três formas verbais apenas que ocorrem nesse texto, como outra coisa que uma forma gráfica latina (resultante do carácter latino-português do texto). Não restam grandes dúvidas que '-t' e '-nt' em documentos hispânicos (em romance ou muito romanceados) eram reinterpretados como marcas gráficas de pessoa e número sem realização fonética; o que está em discussão na análise destes textos é a sua presença ou ausência, e os factores de tradição escrital que determinaram a sua presença ou ausência, e não o seu estatuto grafo-fonémico ou grafo-morfémico.

hūi ⁹	1	B.04
ībī	1	B.06
īnterīm	1	B.17
īplere	2	B.20 , B.20
īplerī	1	B.19
īp̄sof	1	B.04
noluerīnt	1	B.20
ōmā	1	B.19
peccamīnū	1	B.02
p̄soluāt	2	B.06 , B.17
p̄soluāt	2	B.15, B.16
p̄tinet	1	B.03
p̄mīs	1	B.03
p̄dīctī	1	B.04
p̄dīctof	1	B.04
p̄fectānciā	1	B.04
ī;	1	B.04
vīdītct	2	B.03, B.04
ut	2	B.04 , B.17

A contagem das formas e das ocorrências permite obter os seguintes valores absolutos e percentuais:

Total de formas em A:	164 (= 100%)
Total de itens lexicais latinos em A:	8 (= 4.9%)
Total de formas em B:	195 (= 100%)
Total de itens lexicais latinos em B:	23 (= 11.8%)
Total de ocorrências em A:	242 (= 100%)
Total de ocorrências de itens lexicais latinos em A:	8 (= 3.3%)
Total de ocorrências em B:	295 (= 100%)
Total de ocorrências de itens lexicais latinos em B:	31 (= 10.5%)

Como se pode constatar, quer o total de formas latinas, quer o total de ocorrências de formas latinas no Testemunho B, ocorrem numa proporção superior a 2 para 1 em relação ao Testemunho A, o que mostra bem o maior grau de alatinamento do *mundum* em relação à minuta.

Parece-me importante notar que o maior grau de alatinamento do Testemunho B, reflectido nas proporções obtidas pela análise quantitativa das formas, não seria detectável através da observação superficial dos dois textos, ou pela simples colação de variantes textuais. Resultados deste tipo, que fornecem uma base objectiva para a comparação dos textos, parecem confirmar a importância da metodologia interpretativa acima exposta (e das suas potencialidades heurísticas).

CONCLUSÕES

Os dados obtidos com a observação das variantes textuais, e com a análise de variáveis scripto-linguísticas, são importantes para a compreensão da *conscriptio* do Testamento de 1210, se se considerar que a mesma se deu pelo menos em duas fases distintas nas quais foram produzidos uma minuta, i.e. uma versão provisória ou preliminar do texto, e um *mundum*, i.e. a versão definitiva do texto.

O Testemunho A do Testamento revela que a fase da elaboração da minuta envolveu o recurso a um registo scripto-linguístico romanceado, o que pode ter estado relacionado com a necessidade de registar em presença do autor moral do texto as suas intenções e disposições exactas de forma expedita. No entanto, a presença de um número considerável de elementos gráficos latinos no Testemunho A não permite afirmar que este esteja escrito em português, se se entender que 'português' deve designar uma modalidade de escrita.¹⁵

Um tipo de escrita romanceado, não condicionado por um formulário rígido, permitiria ao escriba anotar mais rapidamente e mais fielmente os desígnios do autor moral que um tipo de escrita mais alatinado: este facto não é trivial, pois implica a existência de uma tradição de romanceamento gráfico bem enraizada e transmitida ao longo de gerações de notários e escribas; muitos escribas parecem ter estado mais familiarizados com esta tradição de escrita do que com a tradição de base tardo-latina (ou com o latim medieval reformado), facto que era de esperar tendo em conta as consequências da reforma gregoriana ao nível da oralização do latim.¹⁶

15 De facto, o Testemunho A contém sequências inteiras escritas em português (com pouquíssimos indícios de alatinamento), como por exemplo: "Ho casal de Lente iacet por X mr.; quiteno | loquo per noso auer. Et ho casal de riba d' Aheste quitenno de VIII mr. per ho noso. Et mando que iaca | uo casal de Petro Johanis por hos morauedios que iacet ho que mando a San Simeon." (ll.10-12). No entanto, considerado na sua globalidade, o texto representa um tipo de escrita que não está ainda perfeitamente autonomizado da tradição tardo-latina, e que poderá ser classificado como 'escrita proto-portuguesa'.

16 Sobre este assunto ver sobretudo Wright 1982.

Claramente, a versão final do Testamento de 1210 passou pela eliminação de uma série de traços românicos presentes na minuta, e sua substituição por elementos e grafias latinos. A capacidade de proceder ao alatinamento de um texto notarial era um aspecto importante da competência scripto-linguística dos notários medievais, antes da implantação de uma *scripta* portuguesa autónoma. O quadro que aqui se parece desenhar envolve paradoxalmente um processo de deslatinização na constituição de um registo de escrita mais romanceado, seguido de re-latinização no sentido de “ocultar” o romanceamento.

A comparação dos dois testemunhos do Testamento mostra, assim, que a redacção de um documento notarial latino-português na primeira metade do século XIII podia passar por um processo complexo em que num primeiro momento uma minuta muito romanceada era produzida; as grafias e formas gráficas romanceadas ou aportuguesadas, eram mais ou menos consistentemente alteradas (“latinizadas”) no momento da redacção da versão definitiva. A análise dos dois testemunhos deste testamento é também importante para a compreensão da redacção de documentos de carácter não-dispositivo destinados a uso privado (como as ‘notícias’), para os quais não foi produzida uma versão mais polida (“alatinada”), característica de documentos de carácter dispositivo.

Se as conclusões relativas ao Testamento de 1210 forem extrapoladas para a redacção de textos notariais em geral, poder-se-á então concluir que a segunda fase da tradição notarial, que Pidal designou como a segunda corrente de vulgaridade, posterior à reforma gregoriana, se distinguiu da mais antiga pela existência, não apenas de um maior grau de romanceamento em finais do século XII, inícios do século XIII, mas também por um processo complexo de redacção dos textos no qual romanceamento e alatinamento tinham o seu lugar em fases distintas da *conscriptio*. E é importante acentuar aqui que o processo de alatinamento pressupunha alguma distinção conceptual entre latim e romance, se não como línguas distintas, pelo menos como registos tipologicamente distintos de escrita, em função de factores estilísticos e pragmáticos.

Textos como o Testemunho A do Testamento de 1210, ou a *Notícia de Fiadores* de 1175, para não referir os diversos documentos publicados por Ana Maria Martins, ou os documentos inéditos localizados por José Antonio Souto Cabo, a serem em breve objecto de estudo e publicação, representam instâncias de uma fase acentuada de romanceamento, que levaria, na sua forma mais extrema, e durante a primeira metade do século XIII, ao abandono por completo de mecanismos escriturais de alatinamento (como veio a ocorrer de facto –em grau diverso– na *Notícia de Torto* e no Testamento português de D. Afonso II).

REFERÊNCIAS

- Ivo de Castro (1991): *Curso de história da Língua Portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta.
- António Emiliano (2003): “Sobre a questão d’ «os mais antigos textos escritos em português»”, in I. CASTRO & I. DUARTE, Eds. *Razões e emoção: Miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mira Mateus pela sua jubilação*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, pp. 261-78.
- António Emiliano / Susana Pedro (2004): “*De noticia de torto*: aspectos paleográficos e scriptográficos e edição do mais antigo documento particular português conhecido”, *Zeitschrift für romanische Philologie* 120/1: 1-81.
- Rita Marquilhas (no prelo): “Traços distintivos, góticos e electrónicos”, in *Homenagem a Fernando Tato Plaza*, Universidade de Santiago de Compostela.
- Rita Marquilhas (2000): *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda (Filologia Portuguesa).
- Ana Maria Martins (1999): “Ainda ‘os mais antigos documentos escritos em português’. Documentos de 1175 a 1252”, in Isabel Hub FARIA, Ed. *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa: Edições Cosmos / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Ana Maria Martins (2001): “Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis”, in Biblioteca Nacional: *Caminhos do Português. Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas – Catálogo*, Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Ana Maria Martins (no prelo): “A emergência do português escrito na segunda metade do século XII”, in *Homenagem a Fernando Tato Plaza*, Universidade de Santiago de Compostela.
- Ana Maria Martins / Cristina Albino (1998): “Sobre a primitiva produção documental em português: notícia de uma *noticia de auer*”. in Dieter KREMER (Ed.) *Homenaxe a Ramón Lorenzo*. Tomo I. Vigo: Galaxia.
- Ramón Menéndez Pidal ([1926] [1950³] 1980⁹): *Orígenes del Español: Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*, Madrid (Espasa-Calpe), novena edición (según la tercera, muy corregida y adicionada).
- Roger Wright (1982): *Late Latin and Early Romance in Spain and Carolingian France*, Liverpool: Francis Cairns.

